

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.817.207 - PB (2019/0153963-1)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : MARIA DO LIVRAMENTO RIBEIRO PORTO
ADVOGADO : MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA - PB004007
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 85, §§ 2º E 3º, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região, assim ementado (fl. 212):

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. PENSÃO URBANA POR MORTE. ESPOSA. SEPARAÇÃO DE FATO. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PRESUMIDA. PROVIMENTO DO APELO. REFORMA DA SENTENÇA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. EFEITOS FINANCEIROS DA CONDENAÇÃO.

1. Caso em que a autora, na condição de esposa, pleiteia a concessão de pensão urbana por morte, que vinha sendo percebida por sua filha e cessada em 1998, em face da maioridade civil, tendo a juíza monocrática indeferido o pedido, ao argumento de que a requerente não dependia economicamente do instituidor, pois se encontrava separada de fato no momento do óbito;
2. Configurada a qualidade de segurado do instituidor do benefício, posto que detentor, no momento do óbito, de aposentadoria urbana;
3. A esposa tem direito à percepção de pensão por morte de seu marido, sendo dispensável a comprovação da dependência econômica, por ser, neste caso, presumida, ainda que se encontrasse separada de fato do instituidor do benefício, ao tempo do óbito, considerando, ainda, que não há qualquer informação nos autos de que a autora exerça atividade laborativa remunerada;
4. Os efeitos financeiros da condenação devem retroagir à data do último pedido do benefício na via administrativa, considerando que a postulante se conformou com os indeferimentos anteriores;
5. Apelação parcialmente provida.

Nas razões de sua irresignação, a recorrente sustenta: (a) ofensa ao artigo 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015, ao argumento de que "apesar do ajuizamento da ação ter ocorrido em 25.11.2014, quando ainda vigente o CPC/1973, quando a sentença foi proferida em 06.03.2017, estava vigente o NCPC, devendo assim ser aplicado para a fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais como bem entende a jurisprudência do STJ" (fl. 292); e (b) dissídio jurisprudencial acerca da interpretação do art. 1º, do Decreto 20.910/1932 e do art. 103, parágrafo único, da Lei 8213/1991, aduzindo que "é patente o desacerto do acórdão regional, ao ter optado por decidir em confronto com a jurisprudência pacificada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça", de modo que "nas

Superior Tribunal de Justiça

ações ajuizadas com o objetivo de obter benefício previdenciário, relação de trato sucessivo e de natureza alimentar, a prescrição incide apenas sobre as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, não ocorrendo a chamada prescrição do fundo de direito, nos termos da Súmula 85/STJ" (fls. 291-294).

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 307.

É o relatório. Passo a decidir.

A insurgência não merece prosperar.

Com efeito, assim determinou o Tribunal *a quo* (fl. 143):

[...]

Mercê do exposto, DOU PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO, para reformar a sentença e julgar procedente o pedido nos seguintes termos:

[...]

c) condenar, por fim, a autarquia previdenciária ao pagamento de honorários advocatícios no importe de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), por se ajustar a hipótese do § 4º, do art. 20, do CPC de 1973, vigente quando do ajuizamento da ação, bem assim adequando-se ao entendimento desta egrégia Segunda Turma, em casos desse jaez.

[...]

Ao que se vê, a Corte de origem não apreciou nem debateu a controvérsia considerando a tese recursal de que haveria violação do artigo 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015, o que acarreta o não conhecimento do recurso pela falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento. Aplica-se ao caso a Súmula 282/STF.

Frise-se, por oportuno, que a referida questão somente fora levantada em sede de recurso especial, o que, por si só, atesta a ausência de prequestionamento.

Ainda nessa esteira, vale frisar que a orientação desta Corte se firmou no sentido de que "a exigência do prequestionamento prevalece também quanto às matérias de ordem pública" (REsp 805.804/RS, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Corte Especial, DJe 1/7/2015). Em igual sentido: AgInt nos EDcl no REsp 1.526.220/MT, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 17/10/2017.

Por fim, registra-se que o alegado dissídio jurisprudencial não foi comprovado nos moldes estabelecidos nos artigos 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º do RISTJ, tendo em vista que não foi realizado o devido cotejo analítico, com a demonstração clara do dissídio entre os casos confrontados, identificando os trechos que os assemelhem, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas ou votos.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TOMBAMENTO. EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO E IMPEDIMENTO. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284 DO STF. UTILIZAÇÃO DE FUNDAMENTO JURÍDICO DIVERSO DO APONTADO PELAS PARTES. JULGAMENTO EXTRA PETITA E REFORMATIO IN PEJUS. INOCORRÊNCIA. NO MÉRITO DA EXCEÇÃO, IMPOSSIBILIDADE DE ANALISAR A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL OU ESTADUAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 280 DO STF. NÃO CABIMENTO DA EXCEÇÃO CONTRA QUEM É PARTE NO PROCESSO, E NÃO AUXILIAR DO JUÍZO. PRETENSÃO DE AFASTAMENTO DA INTEMPESTIVIDADE. INVIABILIDADE DE

Superior Tribunal de Justiça

REEXAME DE FATOS E PROVAS. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL, ANTE O JULGAMENTO DE IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO, JÁ TRANSITADO EM JULGADO NESTE PONTO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. AGRAVO INTERNO DOS PARTICULARES A QUE SE NEGA PROVIMENTO. [...]

7. Sobre a interposição fundada na alínea c do art. 105, III da CF/1988, o sugerido dissídio jurisprudencial não foi analiticamente demonstrado. A interposição de Recurso Especial para o Superior Tribunal de Justiça requer o primoroso atendimento de requisitos constitucionais de alta definição jurídica; assim, a demonstração da chamada divergência pretoriana deve se dar de forma analítica e documentada, por meio do cotejo analítico, para se comprovar que a decisão recorrida está em desacordo com precedentes julgados de outros Tribunais, inclusive e especialmente deste STJ (art. 105, III, c da Carta Magna). [...]

10. Agravo Interno dos Particulares a que se nega provimento. (AgInt nos EDcl no AREsp 714.153/RS, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 17/6/2019)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 463, I, DO CPC/73. A QUESTÃO VERIFICADA NÃO SE AMOLDA À HIPÓTESE INSCULPIDA NO MENCIONADO ART. 463, I, DO CPC/1973. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 291 DA SÚMULA DO STF. [...]

V - No tocante à tese de dissídio jurisprudencial, vislumbra-se que as partes inobservaram obrigação formal. Os recorrentes deixaram de realizar, adequadamente, o cotejo analítico, sem o qual não ficou demonstrada, de forma objetiva e clara, exegese legal distinta levada a efeito em caso semelhante ao ora apreciado.

VI - Aplicável, assim, analogicamente, o Verbete Sumular n. 291 do Supremo Tribunal Federal, cuja redação é a seguinte: "No recurso extraordinário pela letra d do art. 101, n. III, da Constituição, a prova do dissídio jurisprudencial far-se-á por certidão, ou mediante indicação do Diário da Justiça ou de repertório de jurisprudência autorizado, com a transcrição do trecho que configure a divergência, mencionadas as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados." Nesse sentido: AgRg no Ag n. 652.319/GO, Rel. Ministro Castro Filho, Terceira Turma, julgado em 24/4/2007, DJ 14/5/2007, p. 281.

VII - Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1185109/SP, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 23/5/2019)

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial. Incabível a aplicação do artigo 85, §11, à hipótese, tendo em vista que não foram fixados honorários advocatícios em desfavor da recorrente nas instâncias ordinárias.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator